

**Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)**



**Ciências da
Comunicação**

Atena
Editora
Ano 2019

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen
(Organizadora)

Ciências da Comunicação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciências da comunicação [recurso eletrônico] / Organizadora
Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Ciências da Comunicação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-204-3

DOI 10.22533/at.ed.043192503

1. Comunicação – Aspectos políticos. 2. Comunicação de massa.
3. Internet. 4. Jornalismo. I. Hrenechen, Vanessa Cristina de Abreu
Torres. II. Série.

CDD 302.2

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O primeiro volume da obra “Ciências da Comunicação” é composto por 28 artigos que aproximam as reflexões teóricas da prática cotidiana profissional e trazem importantes contribuições para a área da comunicação.

Dividido em três núcleos temáticos, o livro reúne aportes teóricos sobre os movimentos sociais e ações coletivas e apresenta pesquisas referentes à democratização da comunicação, ao papel do jornalismo alternativo na sociedade e às formas de financiamento da imprensa baseadas em novos modelos de negócio. A obra também traz algumas análises de coberturas jornalísticas, uma pesquisa sobre o interagendamento e contra-agendamento midiático de acordo com os conceitos de Maxell McCombs e Luiz Martins da Silva e reforça a importância da crítica para o jornalismo.

A partir do segundo núcleo temático, o leitor encontrará pesquisas sobre o posicionamento da mulher na sociedade e a sua imagem na mídia. As pesquisas discutem a diversidade na perspectiva do gênero, a formação de estereótipos na comunicação audiovisual, os desafios enfrentados pelos imigrantes e a representação de diferentes culturas pelos meios de comunicação. Por fim, o último núcleo temático reúne pesquisas referentes à comunicação organizacional, às estratégias voltadas aos diferentes públicos e às construções discursivas realizadas pelas organizações.

Vanessa Cristina de Abreu Torres Hrenechen

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| CAPÍTULO 1 | 1 |
| MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE NO CASO BRASILEIRO | |
| Carlos Henrique Demarchi | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925031 | |
| CAPÍTULO 2 | 12 |
| “O JORNAL BURGUEÊS CONSEGUE FAZER-SE PAGAR PELA PRÓPRIA CLASSE TRABALHADORA QUE ELE COMBATE SEMPRE”: FINANCIAMENTO E INDEPENDÊNCIA DE CLASSE NO JORNALISMO SEGUNDO LÊNIN E GRAMSCI | |
| Willian Casagrande Fusaro | |
| Manoel Dourado Bastos | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925032 | |
| CAPÍTULO 3 | 21 |
| DA IMPRENSA SINDICAL PARA A IMPRENSA DE MASSA: INTERAGENDAMENTO E CONTRA-AGENDAMENTO | |
| Alexsandro Teixeira Ribeiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925033 | |
| CAPÍTULO 4 | 33 |
| MÍDIA NINJA: PROCESSO DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES AUDIOVISUAIS, POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS, SOBRE O CASO MARIELLE FRANCO | |
| Valéria Noronha de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925034 | |
| CAPÍTULO 5 | 44 |
| MANIFESTAÇÕES EM MEGAEVENTOS: APONTAMENTOS SOBRE A COBERTURA DO SITE G1 E MÍDIA NINJA DA COPA DO MUNDO 2014 | |
| Milton Julio Faccin | |
| Marcelo Vinícius Masseno Viana | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925035 | |
| CAPÍTULO 6 | 55 |
| ENCHENTES DE 2017 NO RIO GRANDE DO SUL PELOS PORTAIS DE NOTÍCIAS DE TENENTE PORTELA | |
| Lidia Paula Trentin | |
| Mônica Cristine Fort | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925036 | |
| CAPÍTULO 7 | 67 |
| O MONTE EVEREST EM “NO AR RAREFEITO” – UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA DIALÓGICA | |
| Taíssa Maria Tavares Guerreiro | |
| Deivid Santos Vieira | |
| Isabelle Caroline Rodrigues de Sá | |
| Kethleen Guerreiro Rebêlo | |
| Liam Cavalcante Macedo | |
| Marcos Felipe Rodrigues de Souza | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925037 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 8 | 77 |
| “DANÇANDO SOBRE ARQUITETURA” - DESAFIOS ATUAIS DA CRÍTICA DE MÚSICA | |
| Rafael Machado Saldanha | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925038 | |
| CAPÍTULO 9 | 89 |
| ALBERTO DINES E O PAPEL DA CRÍTICA JORNALÍSTICA NA IMPRENSA BRASILEIRA | |
| Diana de Azeredo | |
| DOI 10.22533/at.ed.0431925039 | |
| CAPÍTULO 10 | 103 |
| DILMA ROUSSEFF: O PAPEL DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA | |
| Tylcéia Tyza Ribeiro Xavier | |
| Sílvia Ramos Bezerra | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250310 | |
| CAPÍTULO 11 | 117 |
| JORNALISMO, CULTURA E GÊNERO: UMA ANÁLISE DAS MULHERES NAS CAPAS DA ROLLING STONE BRASIL | |
| Luiz Henrique Zart | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250311 | |
| CAPÍTULO 12 | 131 |
| A PRESENÇA FEMININA NO JORNALISMO ESPORTIVO DA TELEVISÃO ABERTA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “JOGO ABERTO”, DA BANDEIRANTES | |
| Érika Alfaro de Araújo | |
| Mauro de Souza Ventura | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250312 | |
| CAPÍTULO 13 | 146 |
| DIVERSINE, UMA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA FÍLMICA PARA PENSAR A DIVERSIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO | |
| Hugo Bueno Badaró | |
| Thaumaturgo Ferreira de Souza | |
| Maria Lúcia Tinoco Pacheco | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250313 | |
| CAPÍTULO 14 | 155 |
| COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL E FORMAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS: HOMOSSEXUALIDADE NA TELEVISÃO BRASILEIRA | |
| Pablo de Oliveira Lopes | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250314 | |
| CAPÍTULO 15 | 165 |
| O HOMEM TRANS NA PUBLICIDADE: UMA ANÁLISE DO ANÚNCIO <i>UNLIMITED COURAGE</i> , DA MARCA NIKE | |
| Nicolau Jordan Girardi | |
| Adriana Stela Bassini Edral | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250315 | |

| | |
|--|------------|
| CAPÍTULO 16 | 180 |
| VIOLAÇÃO DE DIREITOS LGBTI+ NA CAMPANHA DA RÁDIO JOVEM PAN PARA O DIA INTERNACIONAL DE COMBATE À LGBTIFOBIA | |
| Adriano Quaresma da Costa Armando Leandro Ribeiro da Silva Esthefany Carolyne Silva da Cruz Karen Isabela Leite Alcântara Matheus Henrique Cardoso Luz Lorena Cruz Esteves Suzana de Cassia Serrão Magalhães | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250316 | |
| CAPÍTULO 17 | 192 |
| EVIDÊNCIAS E SILÊNCIAMENTOS NOS DISCURSOS DE LÁGRIMAS CONTRA A POLÍTICA DE TOLERÂNCIA ZERO ANTI-IMIGRAÇÃO DOS USA | |
| Magali Simone de Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250317 | |
| CAPÍTULO 18 | 208 |
| O IMIGRANTE NO MEIO ACADÊMICO: ESTUDO DE CASO | |
| Benalva da Silva Vitorio | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250318 | |
| CAPÍTULO 19 | 222 |
| UMA DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ | |
| Alcilaine de Macedo Alencar Carolina Fernandes da Silva Mandaji | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250319 | |
| CAPÍTULO 20 | 235 |
| A CULTURA DO SOL NASCENTE NAS TERRAS CAPIXABAS | |
| Rafaela Daima Lima Danielly Veloso Schulthais Andressa Zoi Nathanailides | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250320 | |
| CAPÍTULO 21 | 245 |
| A REPRESENTAÇÃO DOS ASIÁTICOS NA TV BRASILEIRA: APONTAMENTOS INICIAIS | |
| Krystal Urbano Maria Elizabeth Pinto de Melo | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250321 | |
| CAPÍTULO 22 | 260 |
| CULTURA ORGANIZACIONAL PROPÍCIA ÀS POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL: POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS PARA IDENTIFICAR OS TIPOS DE CULTURA ORGANIZACIONAL | |
| Maria José da Costa Oliveira | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250322 | |

| | |
|---|------------|
| CAPÍTULO 23 | 272 |
| COMO O <i>OMBUDSMAN</i> DE DADOS PODE REFORÇAR A MULTIDISCIPLINARIDADE NA COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL? | |
| Wallace Chermont Baldo | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250323 | |
| CAPÍTULO 24 | 284 |
| COMUNICAÇÃO MERCADOLÓGICA EM CLUBES DE FUTEBOL DO BRASIL E DA AMÉRICA LATINA: RELACIONAMENTO COM OS PÚBLICOS-ALVO | |
| Karla Caldas Ehrenberg | |
| Ary José Rocco Junior | |
| Carlos Henrique de Souza Padeiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250324 | |
| CAPÍTULO 25 | 297 |
| OS PÚBLICOS PROJETADOS: CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS NA PROPOSIÇÃO DE EXPERIÊNCIAS PELAS ORGANIZAÇÕES | |
| Márcio Simeone Henriques | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250325 | |
| CAPÍTULO 26 | 308 |
| ACESSIBILIDADE E COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL: PLANEJAMENTO E PÚBLICOS EM UMA CAMPANHA INCLUSIVA PARA PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO | |
| Victor Said dos Santos Sousa | |
| Leonardo Santa Inês Cunha | |
| Lidiane Santos de Lima Pinheiro | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250326 | |
| CAPÍTULO 27 | 322 |
| COMUNICAÇÃO COTIDIANA DOS VALORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: REPRODUZINDO CULTURA NAS REDES SOCIAIS (OU NÃO) | |
| Maria Augusta de Castro Seixas | |
| Emmanuel Paiva de Andrade | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250327 | |
| CAPÍTULO 28 | 338 |
| A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA RURAL PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE RONDÔNIA | |
| Edna Mendes dos Reis Okabayashi | |
| Moacir José dos Santos | |
| Monica Franchi Carniello | |
| DOI 10.22533/at.ed.04319250328 | |
| SOBRE A ORGANIZADORA | 352 |

UMA DISCUSSÃO SOBRE A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Alcilaine de Macedo Alencar

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Curso de Comunicação Organizacional
Curitiba - Paraná

Carolina Fernandes da Silva Mandaji

Universidade Tecnológica Federal do Paraná,
Curso de Comunicação Organizacional
Curitiba - Paraná

RESUMO: Este trabalho busca lançar luz à temática da diversidade e pluralidade étnico-racial presente nas instituições educacionais brasileiras de ensino superior, a partir de uma pesquisa exploratória realizada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) durante o ano de 2018. Para isso, o estudo parte do conceito de diversidade cultural, entendendo a cultura em seu sentido mais amplo como práticas que implicam modos de vida, direitos fundamentais do ser humano, sistema de valores, tradições e crenças (UNESCO). Nesse sentido, a questão da diversidade cultural implica também as discussões de como a sociedade e suas instituições se organizam para negociar suas relações, torna-se assim, relevante investigar como essas relações estão presentes numa universidade pública brasileira. Ainda como parte do referencial teórico, o trabalho debruça-se na contextualização das leis brasileiras de

ações afirmativas no cenário nacional e na instituição e utiliza um aporte-teórico que busca compreender o cenário de desigualdade racial e social, o conceito de diversidade e, por fim as políticas públicas implementadas atualmente. Serão utilizados dados da pesquisa realizada na UTFPR (2018) e como dados secundários a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de graduação (2014).

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade; Ações Afirmativas; Étnico-Racial; Instituições; UTFPR.

ABSTRACT: This work search to throw light to the theme of the diversity and present ethnic-racial plurality in the institutions education higher education Brazilians, starting from an exploratory research accomplished in the Federal Technological University of Paraná (UTFPR) during the year of 2018. for that, the study part of the concept of cultural diversity, understanding the culture in his/her wider sense as practices than they implicate life manners, the human being's fundamental rights, system of values, traditions and faiths (UNESCO). In that sense, the subject of the cultural diversity also implicates the discussions of as the society and their institutions are organized to negotiate their relationships, he/she becomes like this, relevant to investigate as those relationships they are present in a Brazilian public university. Still as part of the theoretical referencial, the

work leans over on the contextualization of the Brazilian laws of affirmative actions in the national scenery and in the institution and it uses a contribution-theoretical one that he/she looks for to understand the scenery of racial and social inequality, the diversity concept and, finally the public politics implemented now. Data of the research will be used accomplished in UTFPR (2018) and as secondary data to IV Research of the Socioeconomic and Cultural Profile of the graduation Students (2014).

KEYWORDS: Diversity; Affirmative Actions; Ethnic-Racial; Institutions; UTFPR.

1 | INTRODUÇÃO

O ponto de partida para essa investigação é uma provocação inicial de José Márcio Barros (2009, p.10) sobre a complexidade do processo da diversidade: “As diferenças culturais tanto inauguram possibilidades de uma nova ordem social quanto nos remetem aos desumanos processos de exclusão”.

Se junto do autor entendermos a diversidade cultural como processos decorrentes das diferenças, sejam elas línguas, linguagens, hábitos culturais, vestuários, religiões e tantas outras, sejam as diferentes formas como sociedades, grupos sociais e indivíduos se organizam e interagem, entre si e com o ambiente. “Diversidade cultural, portanto, refere-se tanto aos processos de construção de nossas diferenças quanto aos processos de interação que se estabelecem entre tais diferenças” (BARROS, 2018, p. 121). Nesse sentido, este trabalho busca explorar como se dão essas práticas dentro de um espaço a partir da diversidade cultural instaurada, entendendo-as como um direito ou garantia de cidadania, mas considerando também que pode ser fonte de intolerância e discriminação.

O autor continua ponderando a importância dessa discussão como um tema atual, complexo, mas a ser abordado por/em diferentes campos do saber, como a comunicação. Diz ele:

Conjugar a cultura com o direito, a igualdade com a diversidade pode apontar para possibilidades de reflexões e práticas transversais e abertas, que assegurem as identidades referenciais, mas que garantam as possibilidades de trocas e o reconhecimento das formas híbridas (BARROS, 2009, p.11).

Tal conceito de cultura permeia um sentido mais amplo, que não se restringe a um aspecto particular das práticas humanas, mas a todas as dimensões do comportamento individual e/ou coletivo; que não se reduz “aos processos de produção, circulação e consumo de bens simbólicos reconhecidos socialmente por seus valores e características artísticas” (BARROS, 2018, p.120), o que promove processos de mediação pautados pela experiência de pertencimento e compartilhamento entre os sujeitos. Esse conceito foi proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura:

[...] como o complexo integral de distintos traços espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela inclui não

Assim, esse texto tem como objetivo apresentar a pesquisa sobre diversidade e pluralidade étnico-racial realizada na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Curitiba/PR. A pesquisa desenvolvida, durante o ano de 2018, como parte de um plano de trabalho de Iniciação Científica - Programa de ações de bolsas de Iniciação Científica nas ações afirmativas - PIBIC, Instituição financiadora Fundação Araucária (ano 2018) - tinha o propósito de identificar qual a percepção dos estudantes da UTFPR sobre a temática da diversidade.

Este trabalho busca entender como essas práticas e trocas estão presentes numa instituição pública de ensino superior, iniciando por um histórico das ações afirmativas; depois a apresentação de um referencial teórico norteador composto pelas seguintes obras: “Nem preto nem Branco” de Lilia Schwarcz, com a contextualização histórica de desigualdade social e racial, “O Negro no Mundo dos Brancos” de Florestan Fernandes e “Diversidade na Universidade: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil” de Nina Paiva Almeida. Foram utilizadas também as obras “Ação afirmativa no ensino superior brasileiro” de Feres Júnior e Zoninsein e “Políticas Públicas: Uma revisão na Literatura” de Celina Souza. Por fim, com a apresentação dos Dados Secundários da IV Pesquisa do Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação 2014 e da descrição dos dados da pesquisa “Diversidade e Pluralidade étnico-racial na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)”.

A metodologia de pesquisa exploratória quantitativa foi a aplicação de questionário por meio da plataforma Google Formulário. A UTFPR atualmente possui cerca de 11 mil estudantes, para a pesquisa priorizou-se o envio para os de graduação e pós-graduação (nível mestrado) do campus Curitiba. A pesquisa que ficou disponível entre os dias 23 de março e 20 de abril de 2018 era dividida em três seções: a) identificação e perfil do estudante; b) Leis afirmativas, e; c) qual a percepção dos alunos sobre a diversidade na UTFPR. A pesquisa tinha um total de 26 perguntas. Foram 674 respostas.

2 | HISTÓRICO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A partir do ano 2000, no âmbito do ensino superior surgiram legislações para a promoção da diversidade. Em 2002, foi implementada a primeira lei de incentivo às ações afirmativas nas Universidades Públicas a Lei 10.558/2002 - o Programa Diversidade na Universidade (PDU) - que tinha como objetivo a promoção ao acesso ao ensino superior a população, negra e indígena (PLANALTO, 2002).

No final de 2003, foi regulamentada a Lei Nº 10.639, que passa a incluir no currículo escolar do ensino escolar do fundamental e médio, os conhecimentos sobre a história Afro-Brasileira. Assim, os conteúdos da História da África e seus povos, a cultura negra brasileira, a luta dos negros no Brasil e o negro na formação da sociedade

brasileira passam a ser obrigatórios (PLANALTO, 2003). No mesmo ano, em 2003, é constituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), com o propósito de reduzir as desigualdades raciais, fazendo valer os direitos, das ações afirmativas nas questões de raça e gênero (JUSBRASIL, 2003).

Em 2009, foi aprovado o decreto que diz respeito ao Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), atuante nos eixos da educação, cultura, diversidade, trabalho e segurança pública (PLANALTO, 2009). A lei federal 12.711, aprovada em 2012, instituiu que as instituições federais de educação superior vinculadas aos Ministério da Educação (MEC) devem destinar - em cada ingresso seletivo - 50% das vagas aos estudantes que tenham cursado o ensino médio integralmente em escolas públicas (PLANALTO, 2012).

Medeiros (2015, p. 67) explica que na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), as ações afirmativas surgiram em 1910 ainda com a escola de Aprendizes e Artífices assim nomeada, cujo objetivo à época, era o de ensinar e acolher crianças em situação de vulnerabilidade social. Em 1936, a escola fora transferida para a Avenida Sete de Setembro no centro de Curitiba/PR, onde começou a ministrar cursos de 1º Grau, denominado como Liceu Industrial do Paraná. Em 1942, a organização se torna reconhecida em todo o Brasil pelo ensino industrial e no ano seguinte, iniciam-se os cursos técnicos com a alteração do nome para Escola Técnica Federal do Paraná. Em 1978, a instituição foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) passando a ofertar cursos de graduação (MEDEIROS, 2015, p. 67). Em 2005, a instituição mudou de (CEFET-PR) para Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). A partir desse ano, a instituição passou por mudanças com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

O REUNI é um Decreto n.º 6.096, do ano de 2007 que tinha como objetivo principal ampliar o acesso nas universidades federais. Entre as ações do REUNI, está o aumento de vagas nos cursos de graduação, a inovações pedagógicas e o combate à evasão Anos mais tarde, em 2008, a UTFPR passa a incluir no processo de vestibular dos cursos técnicos, o sistema de cotas destinando 50% das vagas a alunos de escolas públicas. Além de considerar a nota do Exame nacional do Ensino médio (ENEM) para o ingresso do aluno (UTFPR, 2017). Já em 2010, a seleção e ingresso dos alunos começa a ser realizada pelo SISU (Sistema de Seleção Unificada). O SISU é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), onde o candidato escolhe a Universidade pública dentre as opções incluídas no programa (SISU, 2018).

Com a aprovação da Lei de cotas, em 2012, fica determinado que todos os Centros, Institutos e Universidades Federais destinem 50% das vagas a candidatos de escola pública, com renda inferior a 1,5 salário mínimo ou preto, pardos e índios ofertados semestralmente nos processos seletivos. Tais candidatos podem se inscrever nas categorias de cotas conforme descrito na tabela abaixo:

| | |
|-------------|--|
| Categoria 1 | Cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que não se declarou ser preto, pardo ou indígena |
| Categoria 2 | Cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos e autodeclarado preto, pardo ou indígena |
| Categoria 3 | Cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação) e que não se declarou preto, pardo ou indígena. |
| Categoria 4 | Cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação) e autodeclarado preto, autodeclarado pardo ou autodeclarado indígena |

Tabela 1: Categoria de cotas Lei de 2012

Fonte: Produção própria

No primeiro semestre de 2018, a UTFPR passa a considerar uma nova categoria de cotas instituída através da Portaria normativa nº 9 que inclui o acesso de pessoas com deficiência. Tais categorias estão descritas na tabela a seguir:

| | |
|-------------------|--|
| Categoria 1 (C1c) | Cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que não se declarou preto, pardo ou indígena. |
| Categoria 1 (C1s) | Cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, que não se declarou preto, pardo ou indígena |
| Categoria 2 (C2c) | Cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, autodeclarado preto, pardo ou indígena |
| Categoria 2 (C2s) | Cotista oriundo de família com renda bruta, comprovada, igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo, autodeclarado preto, pardo ou indígena |
| Categoria 3 (C3c) | Cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), que não se declarou preto, pardo ou indígena |
| Categoria 3 (C3s) | Cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação), que não se declarou preto, pardo ou indígena |
| Categoria 4 (C4c) | Cotista que possa comprovar ser Pessoa com Deficiência independente de renda (sem necessidade de comprovação), autodeclarado preto, pardo ou indígena |
| Categoria 4 (C4s) | Cotista independente de renda (sem necessidade de comprovação), autodeclarado preto |

Tabela 2: Categoria de cotas a partir de 2018

Fonte: Produção própria

3 | REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Schwarcz (2012), a discussão sobre as raças chegou ao Brasil em meados do século XIX, no momento em que a abolição era irreversível. A escravidão legitimou a inferioridade inibindo qualquer debate sobre democracia e igualdade, disseminando o trabalho escravo e a violência na sociedade, assim fazendo emergir desigualdades raciais e sociais, o que ocasionou diferenças no acesso à educação e lazer, e na distribuição de renda, sendo evidente no nosso cotidiano até hoje. “As teorias raciais só chegaram por aqui a partir de meados do século XIX. Neste país de larga convivência com a escravidão onde o cativo durou durante ou mais de três séculos” (SCHWARCZ, 2012, p. 19).

De acordo com Schwarcz o tema “raça” foi introduzido com base nas teorias biológicas da época, como uma ciência positiva que pretendia explicar o fenótipo e questões físicas e do cérebro, assim eliminando o pensamento de pensar no indivíduo e na sua cidadania. Afirma a autora que tal pensamento sobre o determinismo racial - que criou novas formas de hierarquia e estratificação - contribuiu para livrar a população dos cativos mas não possibilitou a exclusão e diferenciação social. “Dessa maneira em vista a promessa de igualdade jurídica a resposta foi a comprovação científica da desigualdade biológica entre os homens” (SCHWARCZ, 2012, p. 19).

Para Fernandes (2015), o tema sobre raça e cor na sociedade sempre teve repercussão entre os assuntos essenciais para os brasileiros. refletindo a questão de identidade nacional a partir do século XIX, por meio da discussão sobre raça identificado um Brasil negro e mestiço e indígena, assim o autor identificou em outras pesquisas um conflito racial na sociedade brasileira, identificando a desigualdade e discriminação, para o autor as relações raciais são entendidas como sistemas sociais de exclusão pois o Brasil não realizava ações que construísse uma linha democrática que incluísse e almeja-se de alguma forma o mais fragilizados em nossa sociedade.

Fernandes (1979, p 49) apresenta a ideia de que a “democracia racial” está disfarçada de “tolerância racial”, é uma democracia que “significa igualdade social econômica e política”. Para o autor a “democracia racial” é um mito criado pela maioria, visando o interesse de um grupo. “Democracia racial não passa, infelizmente, de um mito social. É um mito criado pela maioria e tendo em vista os interesses sociais e valores morais dessa maioria”, diz o autor. Assim o mito da “democracia racial” atua como “tolerância racial” não ajudando nem o branco e nem o negro a lutar e modificar as questões raciais e sociais na sociedade brasileira (FERNANDES, 1979, p. 49.)

Logo após, o autor aponta as questões sobre a existência do preconceito, apesar da sociedade brasileira parecer repugnar esses atos, ainda assim é possível observá-los. Fernandes faz alguns questionamentos: sobre a posição do homem negro e do homem branco na sociedade; de como a escravidão foi possível em um país cristão? Por isso surgiu no Brasil o preconceito reativo, buscando combater o preconceito contra quem promovia o preconceito.

[...] o preconceito contra o preconceito ou preconceito de ter preconceito. Ao que parece, entendia que o preconceito era algo degradante e o esforço maior passou a ser o combater a ideia de que existiria preconceito no Brasil, sem fazer nada de melhorar a situação do negro e de acabar com as misérias inerentes ao seu destino humano na sociedade (FERNANDES, 1979, p 42.)

Nina Paiva (2008, p. 5) explica que o termo diversidade tem sido amplamente difundido no campo das políticas governamentais, presente nas teorias contemporâneas como a do multiculturalismo que refere-se não só a questões raciais e étnicas, atrelado também a uma série de outros campos da vida social; fala-se, desta maneira, em diversidade sexual, religiosa, cultural. Entende-se, aqui, “multicultural” e “multiculturalismo” como substantivo que designa estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade que ocorrem em sociedades multiculturais (ALMEIDA, 2008, p. 122).

Para os autores Zoninsein e Feres Júnior, (2008, p. 27) a diversidade étnica e racial é um componente de mobilização política, gerenciando conflitos e atuando como inclusão social e visando o crescimento econômico, de acordo com os autores a percepção de multiculturalista se adequa a liberdade de política e de identidade criando mecanismo de distribuição e promoção social, assim encaminhando as escolhas por liberdade multicultural.

As ações de promoção da diversidade no espaço universitário passam a ser compreendidas através do Programa Diversidade na Universidade (PDU) criado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, por meio da Lei 10.558/2002 com a finalidade de implementar ao ensino superior, os grupos desfavorecidos como a população negra e indígenas. Após a implementação da lei essa pauta começou a repercutir com maior visibilidade, dentro do mundo acadêmico na imprensa e no senso comum, para Nina Paiva (2008) a diversidade na universidade são ações pensadas e voltadas para as questões étnico- racial, que insere no campo de ações afirmativas até então compreendida e estabelecida de acordo com cada instituição, que a partir do PDU a diversidade na universidade passa a ser um paradigma sendo executadas no contexto nacional (ALMEIDA, 2008, p. 124).

As ações afirmativas têm como propósito tentar reduzir as desvantagens históricas da população marginalizadas e menos favorecidas assim o conceito de ação afirmativa pode ser entendido como um conjunto que busca promover a igualdade e não submetê-los a um processo universal, pois as falhas nos critérios de igualdade e alguns fatores que interferem são os contexto social, econômico, político, racial, a ideia de igualdade não é algo concreto mas sim compreendida como algo aprimore a ser conquistado por meios dessas ações em busca da igualdade (ZONINSEIN, FERES, 2008, p. 9).

No Brasil, as ações afirmativas são consideradas constitucional sob duas linhas de pensamentos, a primeira diz sobre a legalidade que assimila o fundamento mais radical e está associada a uma política conservadora, já a outra, seria a moralidade, ao adquirir o fundamento progressista compreendendo, assim, que a constituição é

um documento aberto a comunidade e a outros intérpretes. Com base nessas duas perspectivas positivistas, as ações afirmativas atuam no Brasil promovendo a cultura indígena e afro-brasileira (ZONINSEIN, FERES, 2008, p. 11).

Para os autores (2008, p.23), as ações afirmativas no âmbito do ensino superior possibilita a inserção de grupos étnicos raciais além de se beneficiar tais grupos com as ações promovendo a reforma do ensino superior promoção social, econômica e financeira dos estudantes, além de contribuir para a sociedade brasileira superar o atraso de desigualdades sociais e raciais presente em nossa sociedade a décadas. De acordo com os autores as ações afirmativas no ensino superior são analisadas não apenas como uma ação compensatória, mas em formação de capital humano, melhoria e bem-estar social e eliminação da desigualdade.

A política pública como política social busca entender suas multidisciplinaridades de maneira holística onde o todo é mais importante que indivíduos, instituições, ideologias e interações (SOUZA, 2006, p.6). A teoria da política pública é constituída no campo da ciência política, ciência econômica e sociologia, assim a política pública ecoa na economia e sociedade explicando a relação entre Estado, economia, política e sociedade. A concepção de políticas públicas estabelece a formação dos governos democráticos traduzindo seus propósitos em ações que refletirá em mudança na realidade futura dessas ações. “As políticas públicas após desenhadas e formuladas desdobram se em planos, programas, projetos bases de dados e ou sistema de informações e pesquisas” (SOUZA, 2006, p.7).

4 | DADOS SECUNDÁRIOS/PESQUISA UTFPR

Como dados secundários foi utilizada neste trabalho, a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino superior brasileiros do ano de 2014, pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de assuntos estudantis (FONAPRACE) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES). A pesquisa tem por fim possibilitar políticas de equidade e ações aos estudantes que permitam sua permanência no ensino superior. Dentre esses fatores apresentamos de maneira macro como se caracteriza esse cenário nas questões de raça, renda bruta familiar e área do conhecimento nas Universidades Federais em todo território nacional no ano de 2014.

Diante desses dados, no ano de 2014, 939.604 mil estudantes estavam matriculados em instituições federais; autodeclarados amarelos 2,3%; autodeclarados brancos 45,67%; pardos 37,74%; pretos 9,81%; indígenas 0,6 % e não declarados 3,78%.

Em questões de bruta familiar 1,06% declaram não ter renda, 2,62 % declaram renda de até meio salário mínimo; 48,81 % entre 0,5 a 2 salários mínimos; 24,72 % entre 3 a 5 salários mínimos; 10,3 % entre 6 a 8 salários mínimos; 2,96 % entre

9 a 10 salários mínimos; 10,6% acima de 10 salários mínimos no total de 939.604 mil estudantes graduandos segunda a área de conhecimento qual está matriculado, ciências agrárias 6,97 %, Ciências biológicas 4,2%, Ciências Exatas e da Terra 13,95%, Ciências Sociais Aplicadas 22,23%, Ciências da Saúde 13,88%, Ciências Humanas 15,39%, Engenharias 15,66%, Linguística Letras e Artes 7,72% (ANDIFES, 2014.)

No aspecto micro será apresentada a pesquisa sobre “Diversidade e Pluralidade étnico-racial na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), realizada no período de 23 de março a 20 de abril com estudantes de graduação, técnico e mestrado do campus Curitiba. O objetivo da pesquisa foi identificar a perspectiva dos estudantes sobre diversidade dentro da instituição. Através de um formulário online da plataforma Google enviado aos estudantes do campus em Curitiba, com 26 questões separadas em três seções; Identificação e perfil básico do estudante, Leis afirmativas e qual a percepção de diversidade na UTFPR. Na primeira semana do lançamento da pesquisa foram obtidas 94, 65% de respostas, já na segunda semana o questionário obteve 4,4% respostas, por fim a última semana obteve o total de 1,03% de respostas totalizando 674 respostas. Ainda com base nesta pesquisa, é possível apontar os principais dados sobre raça, renda familiar e área do conhecimento dos estudantes e ingressantes na UTFPR pelo sistema de cotas.

Do universo de 674 respostas, conforme descrito anteriormente, quanto à raça e etnia dos discentes, 1,6% se autodeclararam amarelos, 75,2% se autodeclararam Brancos, 0,1% indígena, 17,8% se declaram Pardos e 5,2% se declaram Pretos.

A renda per capita por família dos estudantes 3,1% inferior a meio salário mínimo, 23% entre 1 a 2 salários mínimos, 39,8% entre 3 a 5 salários mínimos, 16,8% entre 6 a 8 salários mínimos, 6,1% entre 9 a 10 salários mínimos, 11,3% acima de 10 salários mínimos.

De acordo com a área do conhecimento que o estudante que estavam matriculados na (UTFPR), Ciências agrárias 0,3%, Ciências biológicas 0,7%, Ciências Exatas e da Terra 21%, Ciências Sociais Aplicadas 12,1%, Ciências da Saúde 4,5%, Ciências Humanas 8,1%, Engenharias 35,4%, Linguística Letras e Artes 17,09% do total de 670 resposta.

Outro ponto é a forma de ingresso na UTFPR: 63,5% ingressaram na universidade pela ampla concorrência enquanto 36,5% aderiram aos sistemas de cotas. Disposto através das categorias de cotas 3,6% ingressaram na universidade por meio da Categoria (C1c); seguida por 28,6% ingressaram por meio da Categoria (C1s); 1,6% na Categoria (C2c); 16,5% Categoria 2 (C2s); enquanto 2,4% Categoria 3 (C3c); já 33,9% na Categoria 3 (C3s); 0% a Categoria 4 -(C4c); 13,3% Categoria 4 -(C4s). Por fim se o aluno entrou na instituição pelo sistema de cotas, 63,5 afirmou ter ingressado na instituição por ampla concorrência no processo seletivo SISU, enquanto 36,5 ingressaram na universidade pelo sistema de cotas.

Dispostos a seguir os gráficos com os dados da pesquisa na UTFPR quanto à identificação e perfil básico do estudante, Leis afirmativas, qual a percepção de

diversidade na UTFPR e ingressante na universidade pelo sistema de cotas:

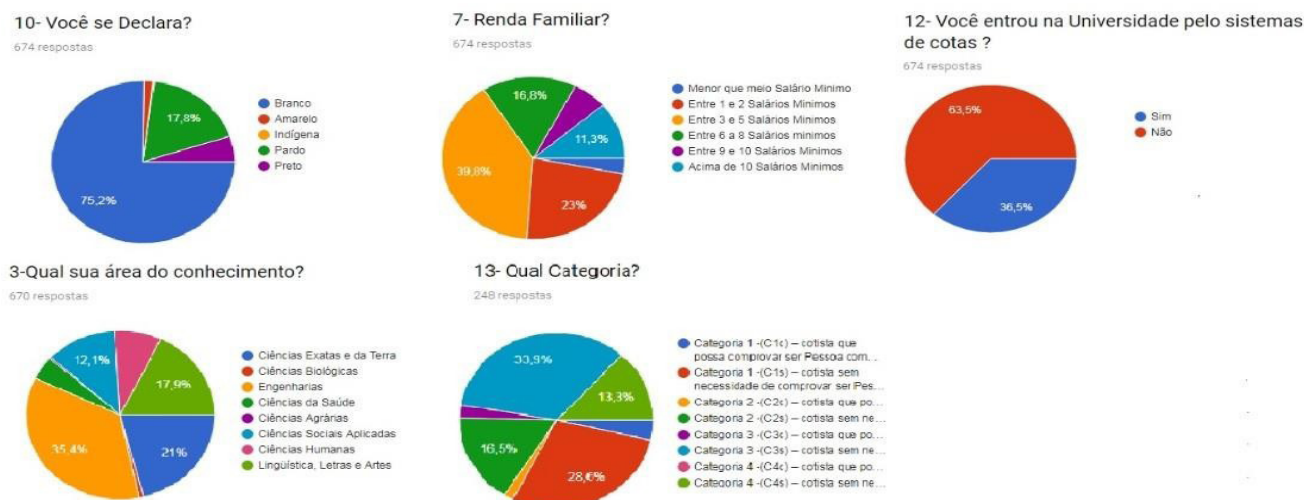


Figura 1: Perfil básico dos estudantes da UTFPR

Fonte: Produção própria

Com a pesquisa realizada na UTFPR, identificamos o perfil dos alunos ingressantes pelo sistema de cotas na instituição, estudantes autodeclarados pretos 5,2%, pardos 17,8%, indígena 1,6%, enquanto os alunos declarados brancos somam 75%. A renda bruta desses estudantes com base na pesquisa, menor que meio salário mínimo, 3,1% entre 1 e 2 salários 23%, entre 3 a 5 salários mínimos com 35,4%, entre 6 e 8 salários mínimos 16,8%, considerando os alunos que obtêm renda acima de 8 salários mínimos 17,4%. A área do conhecimento de Engenharia com 35,4% seguida pela área Ciências Exatas da Terra sendo que 36,5% ingressaram na universidade pelo sistema de cotas, enquanto 63,5% ingressaram na universidade por ampla concorrência. A categoria de cotas para o ingresso 33,9% Categoria 3 (C3c), a segunda 28,6% Categoria 1 (C1s).

Através dos dados, compreendemos que a sociedade ainda não conseguiu ser homogênea ou igualitária, pois alguns fatores demonstram a não inserção e noções de democracia a todos independente de raça e/ou renda. Fernandes explica que é preciso evoluir para noções menos toscas e egoístas do que vem a ser democracia, compreender que “uma sociedade nacional não pode ser homogênea equilibradamente sob a permanência de fatores de desigualdades que solapam a solidariedade nacional (FERNANDES, 1979, p. 34). Junto do autor, entendemos que tal evolução é de longo prazo mas que uma das medidas para a inclusão e inserção da diversidade na UTFPR seja por meio de ações afirmativas.

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos apresentar a pesquisa sobre “Diversidade e Pluralidade Étnico-Racial, realizada na UTFPR” em 2018, partindo do conceito de diversidade cultural,

abordando uma breve contextualização do histórico de leis afirmativas e regulamentação em âmbito nacional e na instituição estudada.

No decorrer do processo da pesquisa foi realizada também uma pesquisa com os docentes cujo objetivo era de identificar a percepção da diversidade na UTFPR. Foram recebidas 58 respostas dos docentes do campus Curitiba. Vale ressaltar dentre as 26 perguntas, perguntamos se os professores participavam de ações à diversidade dentro da universidade. Resposta de uns dos professores “Projetos sobre gênero, migração, educação e trabalho.” Com essa descrição, notamos o quanto é necessário que outros trabalhos, movimentos e coletivos discuta e debata sobre o tema de diversidade e pluralidade não só no contexto acadêmico, mas sim em outros fatores que englobam a sociedade como um todo.

Na pesquisa realizada os estudantes da UTFPR, campus Curitiba, responderam se eram a favor ou contra os sistemas de cotas na universidade, 82,9% apontou a favor enquanto 17,1% se disse contra. Dentre as justificativas, um dos estudantes justificou ser a favor do sistema devido o contexto histórico. Segundo o discente, tal contexto

[...] contribuiu e ainda contribui para o acúmulo de desigualdades. O sistema de cotas é uma medida válida que trabalha as consequências dessa disparidade entre alguns grupos. Não trabalha a causa, mas por trabalhar a consequência, é de uma maneira mínima, uma certa “compensação” pela falta de suporte e apoio, que no passado, vários grupos e sofreram, gerando consequências de opressão, falta de oportunidades, entre outros... tais questões, se perduram até os dias atuais. (DISCENTE, UTFPR, 2018)

Entretanto, dentre os discentes que se declaram contra o sistema de cotas, também foi dada uma justificativa. Diz o discente: “Sou contra o sistema de cotas pois somos iguais perante a lei”.

Assim, concluímos que as leis de ações afirmativas e o sistema de cotas contribuem para a inclusão e inserção da diversidade cultural, bem como a percepção dessa diversidade por parte dos discentes e docentes da UTFPR. É possível apontarmos para um caminho no qual os fatores econômicos, sociais e políticos de desigualdade racial e social presente na sociedade brasileira, pode no decorrer dos anos - com a continuidade das ações afirmativas - modificar o contexto das universidades brasileiras.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino superior brasileiros ano de 2014**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/iv-pesquisa-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-estudantes-de-graduacao/>> Acesso em 07 jul. de 2018.

ALMEIDA, Nina Paiva. **Diversidade na Universidade: o BID e as políticas educacionais de inclusão étnico-racial no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/MN/PPGAS2008. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/285.pdf> > Acesso em 06 jul. 2018.

BARROS, José Márcio, BEZERRA, Jocastra Holanda (orga.). **Gestão Cultural e Diversidade: do Pensar ao Agir**. Belo Horizonte : EdUEMG, 2018. [recurso eletrônico: e-book]. Disponível em <http://observatoriodiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2018/10/BARROS_e_BEZERRA_Gestao_cultural_e_diversidade.pdf>. Acesso em 20 nov. 2018.

BARROS, José Márcio. Aos leitores. IN: **Revista Observatório Itaú Cultural**. Número 8 (abr. jul./2009). São Paulo: Itaú Cultural, 2009. pp. 10-14. Disponível em: <<https://issuu.com/itaucultural/docs/revista-observatorio-8>>. Acesso em 20 nov. 2018.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos Brancos**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=PMZcBAAAQBAJ&printsec=frontcover&dq=Fl+orestan+fernandes&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiRrY7U4IbcAhXMi5AKHZ-DBS8Q6AEIODAD#v=onepage&q=desigualdade&f=false>>. Acesso em 06 jul. 2018.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos. Ed. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. 1972.**

MEDEIROS, Jussara Marques. **A política de Cotas na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. Dissertação (Mestrado tecnologia e trabalho) Universidade Federal do Paraná, UTFPR/PR. 2015. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2638/1/CT_PPGTE_M_Medeiros%2C%20Jussara%20Marques%20de_2015.pdf>. Acessado em 06 jul. 2018.

JUSBRASIL. **Decreto 4886/03**. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/98187/decreto-4886-03>> Acesso em 05 jul. 2018.

PLANALTO. **Lei 10.558/2002**. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2010.558-2002?OpenDocument>. Acesso em 06 jul. 2018.

PLANALTO. **Lei 10.639/2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm >. Acesso em 05 jul. 2018.

PLANALTO. **Decreto 6872/2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6872.htm>. Acesso em 05 jul. 2018.

PLANALTO. **Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto De 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 05 jul. 2018.

REUNI. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em 05 jul. 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem Preto nem Branco, muito pelo contrário cor e raça na sociabilidade Brasileira**. São Paulo: Claroenigma, 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=8u2nBAAAQBAJ&pg=PT26&dq=desigualdade+social+lilia+schwarcz&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjlg7LANoncAhWHQZAKHUTMCJ0Q6AEIOTAD#v=onepage&q=desigualdade%20social%20lilia%20schwarcz&f=false>> Acesso em 06 jul. 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão na Literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº16, jul./dez 2006, p 20-40. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em 06 jul. 2018.

SISU. **O que é o Sisu?**. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/inicial>>. Acesso em 05 jul. 2018.

UNESCO. **World conference on cultural policies**, Mexico City, 26 july- 6 august 1982. Paris, 1982. 197 p. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000052505>>. Acesso em 20 nov. 2018.

UNESCO. **Relatório Mundial da UNESCO Investir na diversidade cultural e no diálogo**

intercultural. Paris, 2009. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127160>>. Acesso em 20 nov. 2018.

UTFPR. **Em números 2015.** Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/estruturauniversitaria/diretoriasdegestao/dircom/noticias/materiais-institucionais-da-comunicacao/utfpr-em-numeros-2015>>. Acesso em 05 jul. 2018.

UTFPR. **Processo seletivo SISU 2018-1.** Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/editais/graduacao-e-educacaoprofissional/reitoria/sisu/edicoes-anteriores/2018.1/sisu-2018-1-retificado-em-08-03-18/view/++widget++form.widgets.arquivo_edital/@@download/4-Edital+001+2018-PROGRAD+SISU+2018-1-Retific+em+08+03+18.pdf>. Acesso em 7 dez. 2018.

UTFPR. **Nova Lei de Cotas sancionada será adaptada na UTFPR.** Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/comunicacao/arquivo-de-noticias/reitoria/2012/nova-lei-de-cotas-sancionada-sera-adaptada-na-utfpr>>. Acesso em 06 jul. de 2018.

UTFPR. **UTFPR irá adotar integralmente Lei de Cotas já no próximo Siso.** Disponível em: <<http://www.utfpr.edu.br/doisvizinhos/estrutura-universitaria/assessorias/ascom/noticias/acervo/2012/utfpr-ira-adotar-integralmente-lei-de-cotas-ja-no-proximo-sisu>>. Acesso em 06 jul. de 2018.

UTFPR. **VAGAS SISU 2018/2.** Disponível em: <<http://portal.utfpr.edu.br/cursos/estudenautfpr/sisu/anexos/anexo-i-cursos-e-vagas.pdf>>. Acesso em 05 jul. 2018.

ZONINSEIN, Jonas, FERES, João (org.). **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro.** Belo Horizonte Ed: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ. 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ig9eTgds_JkC&pg=PA35&dq=a%C3%A7%C3%A3o+a+firmativa&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjphZjo5oXcAhVGjpAKHXFOCmgQ6AEIMzAC#v=onepage&q=a%C3%A7%C3%A3o%20afirmativa&f=false>. Acesso em 06 jul. 2018.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-204-3

